

**ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG**

**TÍTULO I
DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS**

**CAPÍTULO I
DO CONSÓRCIO E DA SUA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG, é pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de autarquia interfederativa, do tipo associação pública, integrante da administração indireta de todos os entes consorciados.

Art. 2º. O presente Consórcio foi constituído mediante lei autorizativa editada por cada um dos entes consorciados, tendo sido autorizado até essa data pelos municípios de **São Sebastião do Paraíso/MG, Lei municipal nº 4.103/2014, Itamogi/MG, Lei municipal nº 1.020/2014; Monte Santo de Minas/MG, Lei municipal nº 1.898/2014; Pratápolis/MG, Lei municipal nº 1.791/2014; São Tomás de Aquino/MG, Lei municipal nº 1.152/2020; Jacuí/MG, Lei municipal nº 1.625/2014 e Fortaleza de Minas/MG, Lei municipal nº 1.022/2014, todos localizados no Estado de Minas Gerais.** (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 07/2019) (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 01/2021).

**CAPÍTULO II
DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONSÓRCIO E DA LOCALIZAÇÃO DA SUA SEDE**

Art. 3º. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

Art. 4º. A sede do Consórcio será no município de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais, autorizado o desenvolvimento de atividades instaladas em escritórios ou outro tipo de unidade localizados em outros Municípios.

Parágrafo único. A sede do Consórcio poderá ser alterada por solicitação escrita de qualquer ente consorciado, mediante aprovação de 2/3 dos mesmos em Assembleia Geral. (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 01/2019).

**CAPÍTULO III
DOS CONSORCIADOS**

Art. 5º. A constituição do presente Consórcio não gera direitos ou obrigações recíprocos entre seus consorciados.

Art. 6º. Os consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do Consórcio, sendo inválido qualquer negócio jurídico que as tenham como objeto.

Seção I Da admissão

Art. 7º. Qualquer ente da Federação que desejar integrar o Consórcio, cujo nome não tenha constado do Protocolo de Intenções, somente poderá fazê-lo mediante alteração do Contrato do Consórcio, aprovada em Assembleia Geral convocada para este fim e ratificada mediante lei editada por cada um dos consorciados.

Seção II Do recesso

Art. 8º. Os consorciados poderão se retirar do Consórcio a qualquer tempo, conforme procedimento previsto no Capítulo I, do Título VI, do Contrato do Consórcio, mediante a apresentação de declaração escrita, subscrita por seu representante na Assembleia Geral, lavrado nos seguintes termos:

"Eu, (nome), (cargo que ocupa no ente federativo) e representante do (nome do ente federativo), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº (número), nos termos da autorização legislativa concedida pela Lei nº (número da Lei) de (data da lei), especialmente editada pelo Poder Legislativo do (nome do ente federativo) para o presente fim, declaro de forma expressa e irrevogável que o (nome do ente) se retira do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG, comprometendo-se a honrar todas as obrigações constituídas até essa data, ainda não liquidadas.

Declaro ainda, que as referidas obrigações serão adimplidas na data do seu vencimento ou, no caso de obrigações não exigíveis, nos trinta dias seguintes a sua apresentação, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) do total do seu valor corrigido, acrescido de juros de mora no percentual de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia."

Parágrafo único. A retirada do ente consorciado somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte à data da Assembleia Geral em que for apresentada.

Seção III Das penalidades

Art. 9º. Aos consorciados infratores, considerada a gravidade da infração e as circunstâncias da conduta, serão aplicadas sucessivamente as seguintes penalidades:

I – multa;

II – suspensão;

III – exclusão.



Art. 10. As penas de multa e suspensão serão aplicadas às infrações médias e graves, respectivamente, reconhecidas como tal por deliberação da Assembleia Geral, que não sejam passíveis de pena de exclusão.

§1º A pena de multa poderá ser aplicada até o valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

§2º A pena de suspensão terá duração máxima de até 90 (noventa) dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

§3º As penas de multa e de suspensão poderão ser aplicadas cumulativamente.

Seção IV Da exclusão

Subseção I Das hipóteses de exclusão

Art. 11. Além das hipóteses previstas no Contrato do Consórcio, será aplicada a pena de exclusão ao consorciado que:

I – atrasar injustificadamente o cumprimento das obrigações financeiras pactuadas por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

II – desobedecer disposições estatutárias e deliberações da Assembleia Geral.

§1º Somente se configurará o atraso mencionado no inciso I deste artigo se o consorciado, mesmo após ter sido regularmente notificado para adimplir a obrigação no prazo de quinze dias úteis, permanecer em mora.

§2º A notificação mencionada no §1º acima será efetuada por meio de correspondência com Aviso de Recebimento – AR, com publicação no site do Consórcio na internet.

Subseção II Do procedimento de exclusão

Art. 12. O procedimento de exclusão será instaurado mediante Portaria do Presidente do Consórcio, onde constará:

I – a descrição da(s) conduta(s) praticada(s) com a identificação de quem a(s) praticou;

II – as circunstâncias em que foi ou foram praticadas;

III – as penalidades correspondentes a cada conduta praticada;

IV – os documentos ou outros meios de convencimento motivadores da instauração do procedimento administrativo.

Art. 13. O consorciado infrator será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias úteis oferecer a defesa que desejar, devendo nesta oportunidade requerer provas e juntar documentos, sob pena de preclusão, sendo-lhe fornecida cópia da Portaria de Instauração do procedimento, facultando-lhe também vista dos autos, por si ou por

advogado constituído, através de carga em livro próprio ou qualquer outra forma de escrituração e controle.

§1º A notificação será realizada pessoalmente ao representante legal do município consorciado que cometeu a infração ou mediante correspondência com Aviso de Recebimento – AR, com publicação sintética no site do Consórcio na internet.

§2º Para fins deste artigo não serão considerados dias úteis o período compreendido entre 20 de dezembro e 19 de janeiro.

Art. 14. O prazo para a defesa contar-se-á a partir do primeiro dia útil à juntada aos autos da cópia da notificação devidamente assinada pelo consorciado infrator ou do aviso de recebimento, conforme o caso.

Parágrafo único. O Presidente do Consórcio poderá, mediante requerimento fundamentado do interessado, prorrogar por uma única vez o prazo de defesa em até 15 (quinze) dias úteis.

Art. 15. Dificultando ou embaraçando o consorciado infrator o cumprimento da notificação com o fim da frustrá-la, será esta considerada realizada tão somente pela publicação da mesma no site do Consórcio na internet, juntando-se aos autos comprovante da referida publicação.

Parágrafo único. A notificação mencionada no caput deste artigo produzirá seus efeitos após 15 (quinze) dias da sua publicação, contado o prazo para a apresentação da defesa a partir do primeiro dia útil seguinte aos referidos 15 (quinze) dias.

Art. 16. Caberá ao Consórcio ou à Comissão por ele instituída na Portaria de instauração a direção do procedimento administrativo de exclusão de consorciado infrator, podendo para tanto deferir ou não a produção de provas, determinar diligências e ouvir pessoas.

Art. 17. A instrução do procedimento se encerrará com a elaboração do Relatório, que opinará pela culpabilidade ou não do consorciado infrator, especificadamente para cada uma das infrações cometidas.

Parágrafo único. No caso do Relatório mencionado no caput deste artigo ter sido elaborado por Comissão, somente produzirá efeitos após a sua homologação pelo Presidente do Consórcio.

Art. 18. Concluído o Relatório, serão os autos encaminhados à Assembleia Geral para julgamento, que seguirá o procedimento abaixo:

I – leitura da Portaria de Instauração do procedimento, da defesa e do relatório final;

II – apresentação das alegações finais do consorciado infrator, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, podendo ser prorrogado por uma única vez e por igual prazo, a requerimento do interessado;

III – terminado os debates seguir-se-á o julgamento, por meio de votação pública e nominal, decidindo-se acerca da culpabilidade do infrator e da penalidade a lhe ser aplicada na medida de sua culpabilidade, exigindo-se para a aplicação da pena de exclusão o quorum mínimo de 3/5 dos votos da totalidade dos membros do consórcio;



IV – decidindo a Assembleia pela absolvição do consorciado de todas as acusações será o procedimento encerrado, determinando-se seu arquivamento e baixa;

V – a penalidade de exclusão produzirá seus efeitos imediatamente, perdendo o consorciado apenas o direito a voz e vota na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O Presidente do Consórcio presidirá o julgamento e votará por último somente se não for atingido o quorum mínimo para deliberação ou desempate.

Art. 19. Das decisões condenatórias caberá recurso de reconsideração à Assembleia Geral, dirigido ao Presidente do Consórcio.

§1º O recurso deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da decisão na imprensa oficial.

§2º O recurso tratado no caput deste artigo será recebido somente no efeito devolutivo.

§3º Interposto o recurso, será o mesmo apreciado na primeira sessão da Assembleia Geral que se seguir, seja ordinária ou extraordinária, processando-se na forma prevista nesta subseção.

Art. 20. Aos casos omissos aplicar-se-á subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 ou outra que a suceda ou substitua.

TÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL

CAPÍTULO I DA CONVOCAÇÃO

Art. 21. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Consórcio ou por 1/3 (um terço) dos consorciados que encaminharão pedido ao Presidente do Consórcio que não poderá deliberar sobre tal pedido.

Art. 22. As Assembleias Ordinárias serão convocadas mediante edital publicado na imprensa oficial, no quadro de avisos da sede do Consórcio e no site do Consórcio na internet, dele devendo constar:

I – os nomes dos consorciados que convocaram a Assembleia;

II – local, hora e data da Assembleia;

III – a pauta da Assembleia;

IV – no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverão os mesmos ser disponibilizados integralmente no site do Consórcio na internet, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da data da Assembleia.

§1º As Assembleias Ordinárias realizar-se-ão nos meses de março e setembro, devendo ser convocadas com a antecedência mínima de 15 dias.



§2º O edital de convocação da Assembleia deverá permanecer exposto no Quadro de Avisos do Consórcio e no site da internet até a data de realização da respectiva Assembleia.

§3º Caso seja necessário o cancelamento da data de uma Assembleia, o aviso deverá ocorrer motivada e justificadamente com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data de realização da Assembleia, devendo receber o mesmo tratamento de exposição do parágrafo anterior.

Art. 23. As Assembleias Extraordinárias serão realizadas a qualquer tempo e sempre que necessário, convocadas na forma prevista neste capítulo, notificando-se também por escrito cada um dos consorciados, ou seus representantes substitutos.

§1º A notificação mencionada no caput deste artigo deverá ser realizada em 07 (sete) dias antecedentes ao início da Assembleia Extraordinária, cuja comprovação deverá registrada em local próprio.

§2º Não atendido o previsto neste artigo, a Assembleia somente se realizará com o comparecimento espontâneo de pelo menos 1/3 (um terço) dos consorciados.

CAPÍTULO II DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 24. A Assembleia Geral será instalada com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados, presidida pelo Presidente do Consórcio ou por quem legalmente o substitua, restringindo-se à discussão dos assuntos da pauta de convocação, até que se obtenha o quorum de deliberação.

CAPÍTULO III DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 25. A Assembleia Geral deliberará por maioria simples dos votos dos consorciados presentes, nos termos dos §1º e §2º da cláusula décima sétima do Contrato do Consórcio, respeitados os demais quóruns estabelecidos no referido contrato. (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 02/2019).

Art. 25-A. Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III – aprovar o Estatuto do Consórcio e as suas alterações;

IV – eleger o Presidente do Consórcio, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – destituir o Presidente do Consórcio;

VI – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

Clid

VII – aprovar:

- a) o orçamento plurianual de investimentos;
- b) o programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou a oneração daqueles em relação aos quais, nos termos de contrato de programa, tenham sido outorgados os direitos de exploração ao Consórcio.

VIII – homologar, desde que aprovados previamente pela Câmara de Regulação:

- a) os planos regionais de desenvolvimento ambiental sustentável;
- b) os regulamentos dos serviços públicos delimitados pelo consórcio e suas modificações;
- c) as minutas de contratos de programa nos quais o Consórcio compareça como contratante ou como prestador de serviço;
- d) a minuta de edital de licitação para concessão de serviço, no qual o Consórcio compareça como contratante, bem como a minuta do respectivo contrato de concessão;
- e) o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos decorrentes da prestação de serviço e dos preços públicos a que se refere o §11 da Cláusula 7ª.

IX – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio ou pela União;

X – monitorar e avaliar a execução dos planos regionais de desenvolvimento ambiental sustentável;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XII – indicar os representantes dos Municípios consorciados na Câmara de Regulação;

XIII – examinar, emitir parecer e encaminhar as resoluções da Conferência Regional de Desenvolvimento Ambiental Sustentável;

XIV – homologar a indicação de ocupante para o cargo em comissão de Superintendente e autorizar sua exoneração.

Parágrafo único. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos. (Redação inserida pelo Termo Aditivo nº 04/2019).

CAPÍTULO IV DO CÔMPUTO DOS VOTOS

Art. 26. As abstenções não serão computadas para qualquer fim.

CAPÍTULO V DAS DELIBERAÇÕES DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DOS ESTATUTOS



Art. 27. A votação para alteração do Contrato de Consórcio e do seu Estatuto será feita individualmente para cada artigo, inciso, parágrafo e suas alíneas, respeitada sempre esta ordem.

Parágrafo único. Para a votação tratada neste artigo será previamente distribuída, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, cópia do texto proposto para cada um dos consorciados com direito a voto, sendo lida antes de iniciada a referida votação pelo Presidente da Assembleia.

Art. 28. Antes de iniciada cada votação será assegurado a qualquer consorciado contrário à proposta apresentada o direito de externar as razões de sua contrariedade pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

Parágrafo único. Havendo orador inscrito em favor da proposta de alteração, este poderá manifestar-se pelo tempo máximo de 05 (cinco) minutos improrrogáveis, sendo assegurado àquele que manifestou contrariedade falar por último.

Art. 29. O procedimento a ser adotado para a alteração do contrato de consórcio deverá observar o que dispõe este capítulo e ainda, o disposto na cláusula 23, parágrafos 2º, 3º e 5º do Protocolo de Intenções. (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 03/2019)

CAPÍTULO VI DO REGIMENTO INTERNO

Art. 30. As disposições sobre o funcionamento da Assembleia Geral poderão ser consolidadas e complementadas em Regimento Interno por ela aprovado, nos termos previstos neste Título.

TÍTULO III DA ELEIÇÃO, DA POSSE E DO MANDATO DO PRESIDENTE E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE

Art. 31. O Presidente em exercício convocará para o dia 10 (dez) de dezembro, ou primeiro dia útil subsequente do ano de encerramento do seu mandato a Assembleia Geral destinada à eleição do novo Presidente do Consórcio.

§1º A convocação far-se-á por meio de edital publicado no quadro de avisos da sede do Consórcio, com publicação no site do Consórcio na internet.

§2º A eleição e a posse far-se-ão:

I – para o primeiro mandato do Presidente do Consórcio, eleito no dia 16 (dezesesseis) de abril de 2014, sua posse ocorrerá imediatamente;

II – para os demais mandatos as eleições ocorrerão na forma estabelecida no caput deste artigo, sempre no segundo ano do mandato do Presidente do Conselho, sendo empossado o novo Presidente eleito no primeiro dia útil do ano subsequente a eleição;



III – o período vacante compreendido entre os dias 31 (trinta e um) de dezembro e o primeiro dia útil do próximo ano, quando então será empossado o novo Presidente eleito, será a Presidência ocupada pela Superintendente do Consórcio.

Art. 32. Na cerimônia de posse do Presidente eleito, como disposto neste artigo, será presidida pelo Presidente que encerra seu mandato ou pelo Superintendente substituto mencionado no inciso III, §2º do art. 32, obedecendo ao seguinte procedimento:

I – manifestação dos consorciados que tenham antecipadamente se inscrito pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos para cada um;

II – manifestação dos membros da Diretoria que encerra o mandato que tenham antecipadamente se inscrito pelo tempo máximo improrrogável de 05 (cinco) minutos para cada um;

III – manifestação do Presidente que encerra o seu mandato pelo tempo máximo improrrogável de 10 minutos;

IV – assinatura do Termo de Posse pelo Presidente eleito e Nomeação da Diretoria Executiva, que terá a seguinte redação:

"Aos (data), nesta cidade de (local), eu, (nome), (cargo que ocupa no ente consorciado), tomo posse como Presidente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso-MG, com mandato que se inicia nesta data e que concluirá no dia 31 de dezembro de (ano). Nos termos deliberado em Assembleia Geral, nomeio como membros de minha Diretoria, os (as) Srs. (Sras.): (nome), (cargos que ocupam nos entes federativos consorciados, ou no Consórcio, ou em órgão ou entidade conveniada ao consórcio ou a informação de que foi aposentado no exercício de um de tais cargos), (nome dos entes federativos que representa no consórcio. (assinatura do empossado)."

V – assinado o termo de posse pelo Presidente e homologada as nomeações pela Assembleia Geral, serão convocados os diretores nomeados para que assinem o respectivo Termo de Nomeação e Posse, nos seguintes termos:

"nesta mesma data, nós, os diretores nomeados pelo Presidente, tomamos posse – (assinaturas dos diretores empossados ao lado de seu nome grafado de forma legível e cargos que ocuparão na Diretoria do Consórcio);"

VI – empossados os diretores, será o Termo de Posse assinado por todos os consorciados presentes, na qualidade de testemunhas;

VII – manifestação do Presidente eleito pelo tempo máximo improrrogável de 10 (dez) minutos;

VIII – encerramento da Assembleia.



§1º Não será permitida a prática de qualquer ato na Assembleia de posse por procurador constituído.

§2º Na hipótese de ausência de membro da Diretoria a ser empossada, este tomará posse perante o Presidente do Consórcio, aditando-se o termo de posse.

CAPÍTULO II DO MANDATO

Art. 33. O mandato do Presidente e da Diretoria será de 02 (dois) anos, coincidindo sempre com os primeiros e segundos anos ou terceiros e quartos anos dos mandatos de Prefeito.

I – para adequação do primeiro mandato do Presidente e da Diretoria com os mandatos dos Prefeitos, iniciar-se-ão aqueles no dia 16 de abril de 2014, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Os mandatos subsequentes iniciar-se-ão no dia 1º de janeiro, encerrando-se no dia 31 de dezembro do ano subsequente, sendo certo que o atraso na posse não implicará na alteração da data de término do mandato, assumindo interinamente o Superintendente o cargo de Presidente, visando unicamente a continuidade dos programas previamente estabelecidos e aprovados pela Assembleia.

CAPÍTULO II DA RENÚNCIA

Art. 34. Ocorrendo a renúncia do Presidente do Consórcio, será convocado nova eleição, no prazo de 20 (vinte) dias para a substituição do Presidente sem o prejuízo da extinção do exercício dos direitos do município consorciado, caso haja interesse do mesmo em permanecer no referido consórcio.

TÍTULO IV DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 35. A Diretoria Executiva do Consórcio é composta pelo Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico Operacional.

Art. 36. A Diretoria Executiva reunir-se-á pelo menos uma vez por mês por convocação do Presidente.

Art. 37. Compete à Diretoria Executiva:

I – autorizar o ingresso do Consórcio em juízo, reservando ao Presidente o direito de tomar as medidas que entenda urgentes, que deverão ser referendadas pela Diretoria, sob pena de invalidade do ato;

II – revogado pelo Termo Aditivo nº 05/2019;



- III – aprovar a proposta de fixação, revisão ou reajuste de tarifas e outros preços públicos, mediante parecer do Conselho Técnico, encaminhando à Assembleia Geral para apreciação e julgamento;
- IV – aprovar as propostas de planos e regulamentos de saneamento ambiental, mediante parecer do Conselho Técnico, encaminhando à Assembleia Geral para apreciação e julgamento;
- V – opinar sobre a proposta de cessão de servidores ao Consórcio, submetendo à apreciação da Assembleia Geral;
- VI – autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;
- VII – alterar, definitiva ou provisoriamente, o número de horas da jornada de trabalho dos empregados do Consórcio ou dos servidores para ele cedidos;
- VIII – elaborar a proposta do Regulamento Geral do Pessoal, dispondo sobre os poderes disciplinar e regulamentar, bem como sobre os respectivos procedimentos administrativos, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;
- IX – definir a estrutura e o funcionamento dos demais órgãos do Consórcio, respeitada a estrutura básica prevista no Contrato e neste Estatuto;
- X – promover a revisão anual da remuneração dos empregados do Consórcio, nos termos do orçamento anual;
- XI – autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- XII – autorizar a instauração de procedimento licitatório que não seja do tipo menor preço, mediante prévia justificativa do Superintendente;
- XIII – propor alterações ao presente Estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação dos seus dispositivos;
- XIV – conhecer e julgar:
- a) impugnações a editais de concursos públicos;
 - b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição em concursos públicos ou à homologação dos seus resultados;
 - c) impugnações a editais ou outros atos convocatórios de licitação;
 - d) recursos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação em procedimento licitatório;
 - e) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;
 - f) aplicação de penalidades a contratados ou a empregados do Consórcio;
- XV – estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.



§1º Das decisões da Diretoria não cabe recurso, reservado à Assembleia Geral o direito de, em sede de revisão e motivadamente, reapreciar qualquer decisão da mesma, conservando, modificando, revogando ou anulando o ato.

§2º A Diretoria Executiva se reunirá sempre que necessário, por convocação do Presidente, mediante notificação pessoal dos seus membros, afixando cópia da mesma no quadro de avisos do Consórcio.

§3º Somente os membros da Diretoria poderão assistir ou participar das suas reuniões, podendo apenas ser admitidos terceiros mediante convite aprovado pelo Presidente.

CAPÍTULO II DO PRESIDENTE

Art. 38. Além das atribuições previstas no Contrato de Consórcio, compete ao Presidente:

- I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;
- II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela prestação de contas;
- III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV – nomear e contratar o Superintendente;
- V – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Superintendente;
- VI – celebrar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;
- VII – exercer o poder disciplinar no âmbito do Consórcio, determinando a instauração de procedimentos e julgando-os, aplicando as penas que considerar cabíveis, com exceção da dispensa de empregados efetivos ou temporários, cuja atribuição é de exclusiva da Diretoria;
- VIII – ratificar as justificativas de dispensa e de inexigibilidade de licitação, assinar editais e contratos, homologar e adjudicar licitações;
- IX – autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e inferior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- X – homologar e adjudicar objeto de licitações cuja proposta seja igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- XI – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação, fundamentada no inciso I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, quando a proposta de menos preço for de valor superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) por ano;
- XII – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido atribuídas a outro órgão do Consórcio por este Estatuto ou pelo Contrato.

§1º Somente as atribuições elencadas nos incisos V, VI e XII deste artigo poderão ser objeto de delegação ao Superintendente.



§2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Superintendente ou o Diretor Administrativo e Financeiro poderá motivadamente praticar qualquer ato de competência do Presidente ou da Diretoria Executiva, mesmo que exclusiva, devendo ser por eles referendado, sob pena de invalidade do ato.

§3º Os atos mencionados no §2º perderão sua eficácia retornando ao status quo ante caso não sejam ratificados em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de sua prática.

§4º A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, devendo permanecer no site do Consórcio na internet pelo prazo de 01 (um) ano contados da data do término da delegação.

CAPÍTULO III DO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Art. 39. Além das atribuições previstas no Contrato de Consórcio, compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I – corrigir monetariamente os valores mencionados no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto, observando os índices oficiais, autorizada a fixação, no que não contrariar a legislação em vigor, de valor inferior à aplicação do índice de correção;

II – autorizar a instauração de procedimento para contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

III – realizar a análise, por si ou por comissão que nomear, da titulação de empregado público para fins de percepção de benefícios trabalhistas previstos nos regulamentos do Consórcio e aprovados pela Assembleia Geral;

IV – movimentar, substituindo o Presidente do Conselho, conjuntamente com o Superintendente as contas bancárias do Consórcio, sendo de sua atribuição a elaboração, dos boletins diários de caixa e de bancos;

V – elaborar o Plano de Atividades e a Proposta Orçamentária Anual em conjunto com o Conselho Técnico, submetendo-os à Presidência do Consórcio.

CAPÍTULO IV DO DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

Art. 40. Compete ao Diretor Técnico Operacional:

I – prestar assessoramento técnico no âmbito do Consórcio referente a seus objetivos institucionais;

II – analisar e emitir parecer técnico sobre projetos e tecnologias de interesse do Consórcio;

III – analisar e emitir parecer técnico sobre programas de Educação Ambiental na Gestão dos resíduos sólidos urbanos e rurais do Consórcio;



IV – analisar e emitir parecer técnico sobre os convênios, contratos e demais ajustes a serem celebrados pelo Consórcio;

V – fiscalizar, em conjunto com outros órgãos ou separadamente, as atividades técnicas desenvolvidas pelo Consórcio.

CAPÍTULO V DO SUPERINTENDENTE

Art. 41. Além das atribuições previstas no Contrato do Consórcio, compete ao Superintendente:

I – exercer a direção executiva e a supervisão das atividades do Consórcio em geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos expressamente por este Estatuto ao Presidente do Consórcio;

II – auxiliar o Presidente no exercício das suas funções, cumprindo com suas determinações e mantendo-o de tudo informado, prestando-lhe contas da situação financeira e administrativa do Consórcio;

III – quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;

IV – movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente ou com o Diretor Administrativo e Financeiro, substitutivamente ao Presidente do Conselho, bem como elaborar, sob a orientação e responsabilidade do Diretor Administrativo e Financeiro, os boletins diários de caixa e de bancos;

V – praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa;

VI – exercer a gestão patrimonial;

VII – zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, promovendo a adequada guarda e arquivo;

VIII – praticar todos os atos necessários à gestão de recursos humanos, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista;

IX – autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja inferior a R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

X – homologar e adjudicar objeto de licitações cuja proposta seja inferior à R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

XI – homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada no inciso I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, quando a proposta de menor preço não exceda R\$20.000,00 (vinte mil reais) por ano;

XII – promover a publicação dos atos e contratos celebrados pelo Consórcio, quando previsto em lei, no Contrato de Consórcio ou neste Estatuto;

XIII – ocupar interinamente a Presidência do Consórcio nos casos previstos no seu Contrato.



§1º Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições da competência do Presidente, sempre em caráter excepcional e justificadamente.

§2º O Superintendente exercerá suas funções em regime de dedicação integral, somente podendo exercer atividades que permitam a cumulação lícita prevista no artigo 37, da Constituição Federal e desde que em horário não conflitante com o seu normal expediente no Consórcio.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO TÉCNICO

Seção I Da composição e do funcionamento

Art. 42. O Conselho Técnico é órgão consultivo e deliberativo, de controle da gestão administrativo-financeira e dos fins do Consórcio, formado pelos titulares das Secretarias de Meio Ambiente ou de Obras dos municípios consorciados.

Parágrafo único. Não existindo na estrutura administrativa do município as Secretarias mencionadas no caput deste artigo, serão admitidos como membros os chefes de departamento ou dirigente de órgãos ambientais e de obras.

Art. 43 O Conselho Técnico será coordenado por um representante de município consorciado que não esteja no exercício da Presidência do Consórcio, cujo mandato será de 01 (um) anos, escolhido por maioria simples dos votos dos membros presentes na sessão de eleição e posse, recebendo a denominação de Coordenador do Conselho Técnico.

Parágrafo único. Cabe ao Coordenador do Conselho Técnico coordenar os trabalhos do Conselho, assim como agir como sua instância executiva interna e externa.

Art. 44. O Conselho Técnico reunir-se-á ordinariamente por convocação de seu coordenador uma vez por mês ou extraordinariamente sempre que houver necessidade.

Art. 45. Poderão ser realizadas reuniões conjuntas entre Prefeitos dos municípios consorciados e o Conselho Técnico, por convocação do Presidente do Consórcio, mediante solicitação do Coordenador do Conselho.

Art. 46. O Conselho Técnico deliberará, em reunião convocada para este fim, por maioria simples dos votos dos membros presentes à sessão.

Art. 47. Nenhum membro do Conselho Técnico terá direito a remuneração pelo desempenho de suas funções, salvo quando viajar no interesse do Consórcio, quando fará jus ao recebimento das respectivas diárias, cujo valor será fixado pela Assembleia Geral.

Seção II Das atribuições

Art. 48. Compete ao Conselho Técnico:



- I – controlar e fiscalizar as atividades e fins do Consórcio;
- II – emitir parecer sobre proposta de alteração dos Estatutos;
- III – manter relacionamento institucional com órgãos e conselhos ambientais;
- IV – assegurar o controle social das ações do Consórcio;
- V – elaborar o Plano de Atividades e a Proposta Orçamentária Anual em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, submetendo-os à Presidência do Consórcio;
- VI – propor a contratação de pessoal;
- VII – propor mediante relatórios circunstanciados o desembolso de verbas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- VIII – propor à Assembleia a admissão ou exclusão de consorciados;
- IX – receber da Assembleia delegações de atribuições;
- X – propor assinatura de convênios e outros ajustes com entidades públicas, privadas e quaisquer outras legalmente constituídas;
- XI – analisar e emitir parecer sobre o cumprimento dos contratos de rateio e de programa pelos consorciados;
- XII – apresentar à Presidência relatório anual de atividades do Consórcio;
- XIII – diligenciar sobre as atribuições de competência do Conselho Técnico;
- XIV – convocar as reuniões do Conselho Técnico e as reuniões conjuntas com a Assembleia;
- XV – manter atualizada e organizada a documentação sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VII DO PESSOAL

Art. 49. O pessoal do Consórcio será regido pelo Regulamento Geral de Pessoal, cuja proposta será elaborada pela Diretoria Executiva e votada em Assembleia Geral convocada para este fim.

§1º O Regulamento de Pessoal disporá entre outros temas sobre o exercício do poder disciplinar do Presidente do Consórcio.

§2º A Diretoria Executiva fixará as hipóteses e critérios para que empregados do Consórcio ou servidores a ele cedidos possam exercer interinamente as funções vacantes.

§3º Até que seja adotado o Regulamento Geral do Pessoal mencionado no caput deste artigo aplicar-se-á para fins disciplinares aos empregados do Consórcio o disposto na Lei



nº 8.112/90, sendo o procedimento disciplinar promovido e instruído pela Diretoria Executiva do Consórcio e não por comissão processante como previsto naquela lei.

TÍTULO V DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. O Consórcio executará as suas receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, especialmente as disposições da Lei 4.320/64.

Art. 51. A Assembleia Geral poderá por meio de Resolução instituir normas para a elaboração, apreciação, aprovação e execução do orçamento e dos planos plurianuais, bem como para a prestação de contas, em consonância com a legislação em vigor e com o Contrato do Consórcio.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO

Art. 52. O orçamento do Consórcio será aprovado por Resolução da Assembleia Geral. (Redação alterada pelo Termo Aditivo nº 06/2019).

§1º A proposta de orçamento deverá ser apreciada e aprovada pela Assembleia Geral até dia 30 de novembro de cada ano.

§2º Os consorciados deverão assinar o Contrato de Rateio visando a cobertura do orçamento aprovado pela Assembleia Geral até o dia 30 de novembro de cada ano.

§3º O Consorciado que se recusar a assinar o Contrato de Rateio estará automaticamente suspenso, sujeitando-se às penas prescritas neste Estatuto.

Art. 53. Os integrantes da Assembleia Geral poderão apresentar emendas ao projeto de orçamento, que somente serão aprovadas caso:

I – indiquem os recursos necessários, admitidos somente os advindos de anulação de despesa, excluídas as referentes a:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

II – sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) com os dispositivos do texto do projeto de resolução.

Parágrafo único. As emendas de que trata este artigo deverão ser previamente apresentadas à Assembleia Geral para deliberação até a data de 10 de novembro de cada ano, objetivando a sua prévia divulgação aos demais consorciados para votação em assembleia.



Art. 54. Aprovado o orçamento, será o mesmo publicado no site do Consórcio na internet.

CAPÍTULO III DA GESTÃO PATRIMONIAL

Art. 55. Terão direito ao uso compartilhado dos bens do Consórcio somente os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição.

§1º O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito, desde que dele se dê ciência ao Consórcio com razoável antecedência.

§2º Os próprios interessados ou na sua falta a Diretoria Executiva poderão fixar normas para o uso compartilhado de bens, dispoendo em especial sobre a sua manutenção, seguro, riscos, bem como despesas com combustível, lubrificantes e pessoal, se for o caso.

TÍTULO VI DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 56. Extinto o Consórcio Público por ato judicial ou extrajudicial:

I – A Assembleia Geral decidirá sobre a destinação dos bens, podendo os mesmos serem doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou similares aos do Consórcio ou ainda alienados onerosamente para rateio entre os consorciados do produto obtido na proporção definida pela Assembleia;

II – até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. A Assembleia Geral poderá sobrestar, por uma única vez e pelo prazo máximo de 2 (dois) aos, a aplicação das normas previstas nestes Estatutos.

Art. 58. A Presidência do Consórcio será sempre ocupada por município consorciado, representado por seu Prefeito Municipal no exercício do mandato eletivo, não podendo exercer a Presidência quando afastado do cargo de Prefeito por qualquer motivo.

Art. 59. O membro da Diretoria Executiva que tiver extinto seu vínculo como servidor com órgãos municipais de saneamento, obras e meio ambiente, como também com o Consórcio ou outra entidade a ele conveniada, será automaticamente afastado da Diretoria, cabendo ao Presidente indicar o nome do novo Diretor, nos termos do Capítulo I, do Título III destes Estatutos.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



Art. 60. O primeiro presidente e respectiva Diretoria Executiva cumprirão seu mandato até o dia 31 de dezembro de 2016.

§1º Não eleito o Presidente do Consórcio até 31/12/2016, o mandato do Presidente em exercício será prorrogado pro tempore até a eleição do seu sucessor.

§2º Até que seja fixada a remuneração dos Diretores Técnico Operacional e Administrativo e Financeiro ambos exercerão suas funções em regime de trabalho voluntário, não fazendo jus a nenhuma remuneração relativa ao exercício do cargo, salvo diárias e outras verbas indenizatórias, percebendo somente a remuneração do cargo de origem.

§3º Os prazos fixados nos parágrafos deste artigo poderão ser prorrogados até 31/12/2018 (2 anos após o 1º mandato) por deliberação da Assembleia Geral.

Art. 61. Os presentes Estatutos vigorarão a partir de sua publicação por extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e na íntegra no site do Consórcio na internet.

São Sebastião do Paraíso/MG, 21 de janeiro de 2021.

1º OFÍCIO


MARCELO DE MORAIS
Presidente do CIDASSP

Adriano de Oliveira Ferreira
 Silvia Bráz de Padua
 Ana Lucia Pimenta de Padua Pelúcio
Escritor Autorizado

Serviço Notarial do 1º Ofício
São Sebastião do Paraíso-MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício do Primeiro Tabelionato de Notas de São Sebastião do Paraíso

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de MARCELO DE MORAIS em testemunho da verdade

São Sebastião do Paraíso/MG, 17/02/2021, *Padua*

SELO CONSULTA: EHJ12860
CÓDIGO SEGURANÇA: 0803102326807495
Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Silvia Bráz de Padua - Escrivente Autorizada

Emol.: R\$ 6,82 - TFJ: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,79 - ISS: R\$ 0,16

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABB58848

